
 ISBN 978-85-240-4542-4
 © IBGE, 2022

Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil

Introdução¹

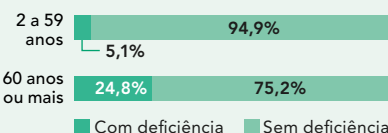
Nas últimas décadas, a identificação das pessoas com deficiência passou por uma evolução, convertendo-se de um modelo baseado na Medicina para uma abordagem biopsicossocial, ou seja, a deficiência sendo caracterizada pelo tipo e/ou grau de interação entre a pessoa e seu corpo e o ambiente. Tal abordagem compreende que as relações com outras pessoas, bem como com serviços públicos, locais de moradia, trabalho, lazer, entre outros aspectos, podem ser mais ou menos favoráveis a atividades relacionadas ao bem-viver (enxergar, ouvir, comunicar-se, locomover-se etc.).

Há um longo histórico de investigação da deficiência em pesquisas domiciliares no Brasil, com início no Recenseamento Geral do Império, primeira operação censitária realizada no País, em 1872, sob o comando da então Directoria Geral de Estatística. Em pesquisas recentes, como as edições de 2000 e 2010 do Censo Demográfico e as edições de 2013 e 2019 da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, houve coleta e aprimoramentos metodológicos relativamente a esse tema, em consonância com recomendações internacionais.



Características gerais

Pessoas de 2 anos ou mais de idade	Total	(%)
Com alguma deficiência	17,2 mi	8,4
Física (membros inferiores)	7,8 mi	3,8
Visual	7,0 mi	3,4
Física (membros superiores)	5,4 mi	2,7
Mais de uma deficiência	5,3 mi	2,6
Mental	2,5 mi	1,2
Auditiva	2,3 mi	1,1

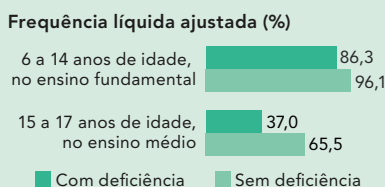


Trabalho

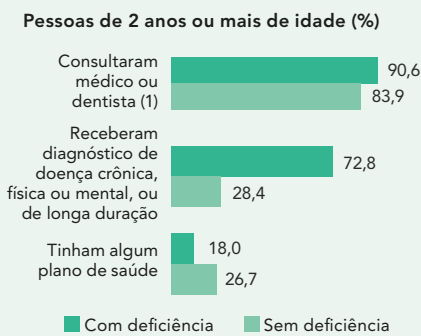
Pessoas de 14 anos ou mais de idade	Taxas de...	Participação	Formalização	Desocupação
Com deficiência	28,3%	34,3%	10,3%	
Sem deficiência	66,3%	50,9%	9,0%	



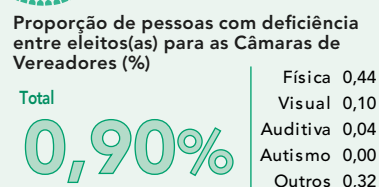
Educação



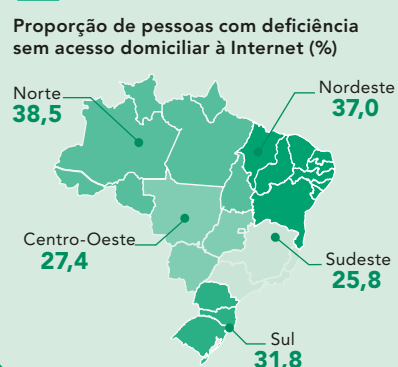
Saúde



Participação e gestão



Rendimento e moradia



Fontes: 1. IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019 e Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2019. 2. Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

¹ A publicação é divulgada em duas partes, sendo a primeira correspondente a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento **Notas técnicas**, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html?=&t=sobre>>.



A principal fonte de dados utilizada neste estudo é a PNS 2019, que contempla a investigação mais recente sobre o tema, na qual a condição de deficiência foi pesquisada para as pessoas de 2 anos ou mais de idade, por meio de quesitos que identificam a existência de dificuldades no uso das funções visual, auditiva, motora de membros superiores/inferiores, e/ou mental². Seguindo as orientações internacionais referendadas pelo Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics - WG)³, foram classificadas como pessoa com deficiência todas aquelas que responderam “ter muita dificuldade” ou “não conseguir de modo algum” realizar as atividades perguntadas em ao menos um dos quesitos investigados, tal como descritos no quadro apresentado ao final desta publicação. Assim, no presente estudo, a referência à pessoa com deficiência sem o

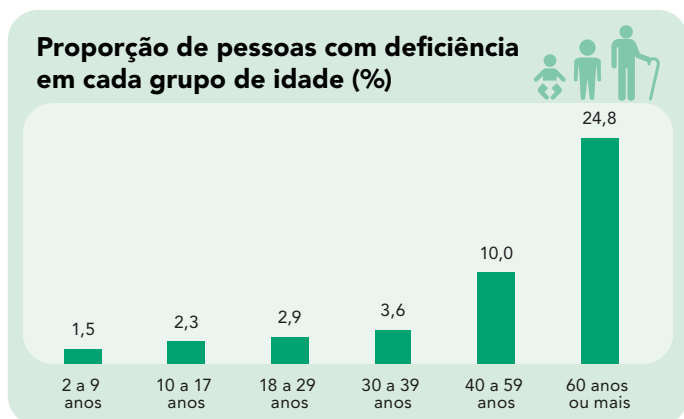
detalhamento do respectivo tipo corresponde à existência de deficiência em pelo menos uma de suas funções.

A presente publicação constitui, assim, um esforço para explorar as condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil e mostrar as desigualdades sociais observadas em algumas dimensões para as quais há disponibilidade de dados, não só coletados em pesquisas realizadas pelo IBGE, como também de outras fontes. Além da caracterização sociodemográfica desse contingente populacional, foram abordadas as seguintes dimensões sociais: trabalho, educação, saúde, participação e gestão, rendimento e moradia. Foi possível, também, aprofundar o estudo desses temas por meio de recortes regionais e de grupos populacionais específicos, a partir de um plano tabular detalhado, disponibilizado no portal do IBGE na Internet.

Características gerais

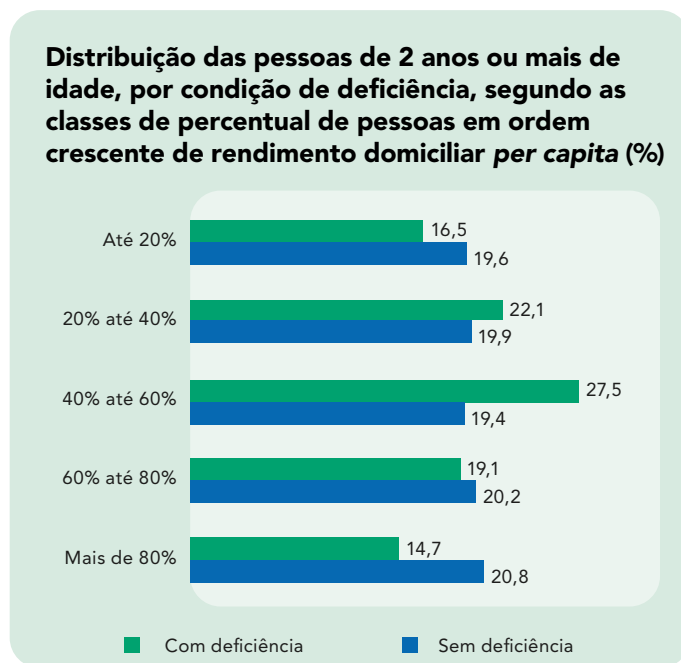
A PNS 2019 identificou 17,2 milhões de pessoas com deficiência de 2 anos ou mais de idade, o que corresponde a 8,4% da população dessa faixa etária, e sua distribuição geográfica no País foi variada, com a maior proporção observada na Região Nordeste (9,9%), e a menor, na Centro-Oeste (7,1%).

As Unidades da Federação com as maiores proporções de pessoas com deficiência foram Sergipe (12,3%) e Paraíba (10,7%), enquanto as menores, Distrito Federal (5,2%) e Mato Grosso (5,6%). É relevante destacar que a deficiência se concentra em pessoas mais idosas: entre aquelas com 60 anos ou mais de idade, 24,8% tinham alguma deficiência, enquanto no contingente de 2 a 59 anos esse resultado correspondia a 5,1%. O perfil das pessoas com deficiência é mais feminino (9,9%) do que masculino (6,9%), e, relativamente à cor ou raça, mais incidente entre as pessoas pretas ou pardas (8,7%) do que entre as brancas (8,0%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

As pessoas com deficiência apresentavam menor nível de instrução, em cada grupo etário considerado, e estavam mais concentradas entre aquelas com rendimentos em torno da média – há maior concentração no terceiro quinto⁴ de rendimento domiciliar *per capita*, uma vez que 27,5% das pessoas com deficiência estavam nessa classe, contra uma concentração maior de pessoas sem deficiência entre os 20% com os maiores rendimentos, classe em que as pessoas com deficiência representavam apenas 14,7%.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

² O IBGE adota o termo deficiência mental, em conformidade com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF (International Classification of Functioning, Disability and Health - ICF), desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO). Segundo a CIF, as funções mentais abrangem, entre outras, as funções intelectuais, psicossociais e emocionais.

³ O Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência foi formado em 2001, por iniciativa das Nações Unidas, com o propósito de orientar a coleta de estatísticas confiáveis e úteis sobre deficiência. Dele participam representantes de órgãos oficiais de estatística, inclusive o IBGE, organismos internacionais, associações e a Academia.

⁴ Nesse quinto (mais de 40% até 60% dos rendimentos ordenados do menor para o maior), há concentração de idosos, os quais, muitas vezes, recebem 1 salário mínimo *per capita* como aposentadoria ou pensão.

Em 2019, cerca de 14,5 milhões de domicílios tinham moradores com ao menos uma deficiência, o que representou 19,8% dos domicílios brasileiros, observando-se na Região Nordeste o maior percentual (23,7%), enquanto na Centro-Oeste, o menor (16,5%). Tal percentual foi maior nos domicílios em áreas rurais (23,5%) do que naqueles situados em áreas urbanas (19,2%).

Em 2019, nos domicílios com pessoas com deficiência, observou-se que a grande maioria (96,1%) tinha apenas adultos com deficiência, porém, dos 567 mil domicílios com alguma criança com deficiência de 2 a 14 anos de idade, 31,0% (176 mil domicílios) apresentavam ao menos um adulto e uma criança nessa condição. Em termos de composição domiciliar, o arranjo mais recorrente encontrado foi o de casal sem

filhos vivendo no domicílio (22,6% desses arranjos tinham alguma pessoa com deficiência entre seus membros), seguindo-lhe o arranjo unipessoal (18,7%).

Com os dados da PNS 2019, foi possível verificar uma proporção menor de pessoas com deficiência de 15 anos ou mais de idade que viviam em união (48,4%) em comparação com aquelas, desse mesmo grupo etário, sem deficiência (56,9%). Tal diferença se evidenciou mais intensamente entre as mulheres (42,2% com e 54,4% sem deficiência) do que entre os homens (58,5% com e 59,5% sem deficiência). No que diz respeito aos grupos de idade, observou-se, também, uma proporção menor de pessoas com deficiência vivendo em união em todos os segmentos considerados, porém a diferença entre os percentuais se mostra crescente nos grupos

de idade mais elevados: de 15 a 29 anos (20,6% com e 28,0% sem deficiência); de 30 a 59 anos (58,6% com e 71,4% sem deficiência); e de 60 anos ou mais (44,6% com e 60,5% sem deficiência). Quanto ao estado civil, constatou-se, também, uma proporção menor de pessoas com deficiência casadas (38,5%) do que entre aquelas sem deficiência (40,4%), relação essa mantida nos diferentes grupos de idade. Havia, também, uma proporção maior de pessoas com deficiência viúvas (19,5%) ante aquelas sem deficiência de 15 anos ou mais de idade (4,7%), o que pode ser explicado pela maior concentração de pessoas com deficiência no grupo de idosos. Por fim, verificou-se uma proporção maior de pessoas com deficiência divorciadas, desquitadas ou separadas judicialmente (8,0%) do que entre aquelas sem deficiência (6,4%).

Trabalho

Existem alguns indicadores recomendados para se avaliar a inserção das pessoas no mundo do trabalho, sendo um deles a taxa de participação. Ela é calculada a partir da divisão da força de trabalho (pessoas ocupadas e pessoas desocupadas) pelo total da população em idade de trabalhar (14 anos ou mais) e mostra o engajamento dessa população no mercado de trabalho. A taxa de desocupação, por sua vez, mostra o efeito da interação dos que buscaram uma ocupação, mas não obtiveram sucesso, permanecendo ou se tornando desocupados. O não sucesso depende de diferentes fatores relacionados à dinâmica do mercado e a outras barreiras que atingem alguns grupos populacionais mais do que outros. Além disso, a inserção no mercado de trabalho, sobretudo a partir de ocupações formais⁵ (usualmente com maiores benefícios em termos de rendimento e com proteção social), é um desafio para as pessoas com deficiência, as quais devem lidar com variados fatores

adversos, como a inadaptação dos espaços em que transitam, tanto no local de trabalho, como no deslocamento, o capacitismo, entre outros.

As pessoas com deficiência apresentaram, em 2019, taxas de participação (28,3%) e de formalização (34,3%) muito menores do que as das pessoas sem tal condição (66,3% e 50,9%, respectivamente), sendo a desocupação observada nesse contingente (10,3%) maior do que a verificada entre as pessoas sem deficiência (9,0%). Tal diferença de 1,3 ponto percentual, embora possa parecer pequena, é digna de nota, pois a desocupação é negativamente correlacionada com a idade, e as pessoas com deficiência são relativamente mais idosas do que as pessoas sem deficiência. Ao examinar os extremos da distribuição por idade, em 2019, verifica-se que a taxa de desocupação das pessoas com deficiência de 14 a 29 anos de idade era 25,9%, contra 18,1% para aquelas sem deficiência, enquanto

para as pessoas com deficiência de 60 anos ou mais de idade a desocupação era 5,1%, ante 2,6% para as pessoas sem tal condição.

Foram observadas, também, diferenças nos três indicadores, segundo os tipos de deficiência, como, por exemplo, maior taxa de participação para as pessoas com deficiência visual (37,0%) em comparação com aquelas com deficiência mental (5,3%). Em termos de formalização, as pessoas com deficiência auditiva apresentaram o melhor indicador (40,4%), ao passo que o pior foi identificado para as pessoas com mais de uma deficiência (27,3%). As maiores taxas de desocupação foram registradas entre as pessoas com deficiências mental (12,4%) e visual (11,9%), enquanto as menores, entre aquelas com deficiência física nos membros superiores (8,9%), o que mostra a diversidade de políticas necessárias para fomentar uma inserção maior e de melhor qualidade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

⁵ Como aproximação (*proxy*) das ocupações formais a partir dos dados da PNS 2019, foram consideradas as pessoas ocupadas nas seguintes posições na ocupação: empregado e trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário e empregador.



Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo os tipos de deficiência

Tipos de deficiência	Taxa de participação (%)	Taxa de formalização (%) (1)	Taxa de desocupação (%)
Com alguma deficiência	28,3	34,3	10,3
Visual	37,0	32,1	11,9
Auditiva	28,0	40,4	9,4
Física (membros superiores)	17,9	34,9	8,9
Física (membros inferiores)	16,9	30,8	9,3
Mental	5,3	37,3	12,4
Mais de uma deficiência	12,9	27,3	10,9
Sem deficiência	66,3	50,9	9,0

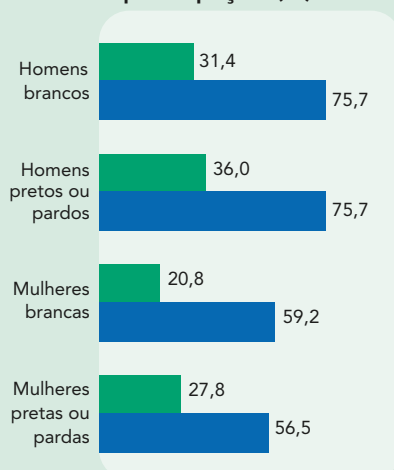
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário e empregador.

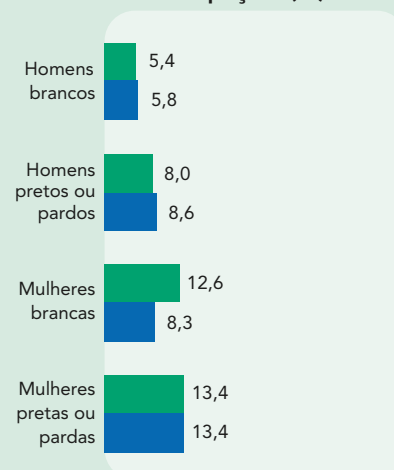
Algumas desvantagens no mercado de trabalho são conhecidas maiores para mulheres e pessoas de cor ou raça preta ou parda⁶. Dessa forma, há situações nas quais as desvantagens são cumulativas e influenciam a possibilidade de engajamento no mercado de trabalho para conseguir uma ocupação e, sobretudo, uma ocupação formal. Assim, as mulheres exibiram menores taxas de participação em relação aos homens, e tal fenômeno atingiu mais fortemente aquelas com deficiência. A taxa de desocupação foi maior para as mulheres do que para os homens, de um modo geral. Para as mulheres brancas, a condição de deficiência foi significativa, uma vez que 12,6% delas estavam desocupadas, enquanto a taxa correspondente àquelas sem deficiência foi 8,3%. Esse não foi o caso, porém, das mulheres de cor ou raça preta ou parda, dado que, para ambas as categorias (com e sem deficiência), a taxa de desocupação alcançou níveis elevados, da ordem de 13,4%. A taxa de formalização, por sua vez, retratou níveis menores para as pessoas sem deficiência em todos os recortes de sexo e cor ou raça na comparação com as pessoas sem essa condição: o menor valor foi observado para as mulheres pretas ou pardas com deficiência (30,6%), o qual correspondeu a cerca de 25 pontos percentuais abaixo daquele encontrado para os homens (55,0%) e as mulheres (56,1%) sem deficiência, de cor ou raça branca.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição de deficiência

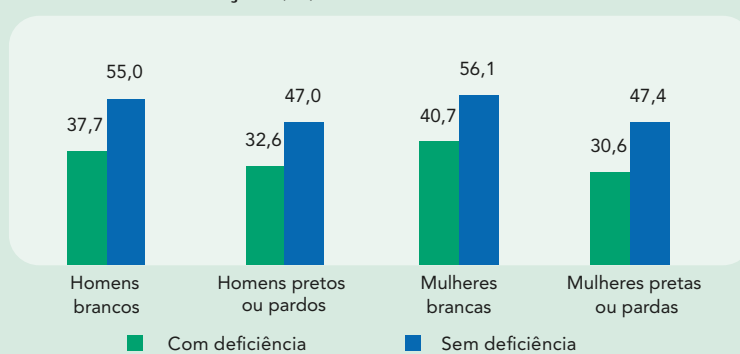
Taxa de participação (%)



Taxa de desocupação (%)



Taxa de formalização (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

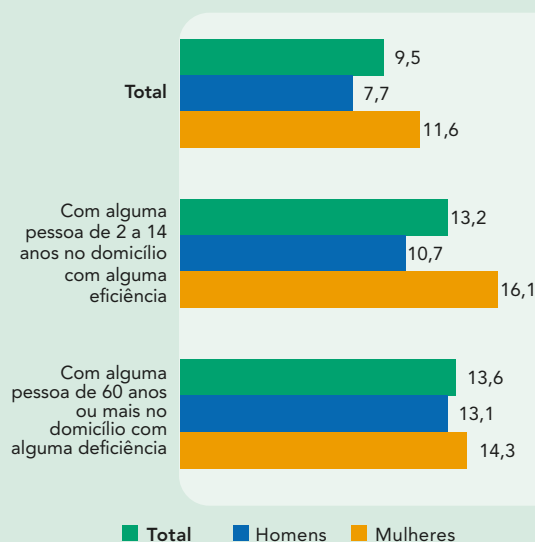
Nota: A taxa de formalização inclui empregado e trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário e empregador.

⁶ Nesse sentido, sugere-se consultar, por exemplo, as diversas edições da publicação *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, divulgada, anualmente, pelo IBGE, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>.

Em termos de rendimento do trabalho, em 2019, as pessoas com deficiência recebiam, em média, R\$ 1 639 mensais, isto é, cerca de $\frac{1}{3}$ do rendimento das pessoas sem deficiência (R\$ 2 619), em 2019. Destaca-se que as pessoas com deficiência recebiam menores valores em todos os grupos de atividades econômicas e estavam mais concentradas naquelas com rendimentos médios relativamente menores, como Serviços domésticos, Agropecuária e Alojamento e alimentação.

Finalmente, ressaltam-se os efeitos na inserção no mercado de trabalho das pessoas de 15 a 59 anos de idade quando havia crianças (de 2 a 14 anos) e idosos (60 anos ou mais) com deficiência no domicílio. Tal avaliação está relacionada à necessidade de cuidados que podem existir em relação às pessoas com deficiência, os quais recaem, muitas vezes, sobre as mulheres. De fato, as taxas de desocupação foram maiores quando havia crianças ou idosos com deficiência no domicílio. As maiores diferenças, independentemente da condição de deficiência das pessoas de 15 a 59 anos de idade, foram encontradas entre a taxa de desocupação do total de mulheres (11,6%) e a taxa de desocupação das mulheres em domicílios com crianças com deficiência (16,1%).

Taxa de desocupação das pessoas de 15 a 59 anos de idade, segundo a condição de deficiência dos moradores do domicílio (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas e rendimento médio de todos os trabalhos, por condição de deficiência, segundo os grupos de atividade

Grupos de atividade	Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (%)		Rendimento médio de todos os trabalhos (R\$)	
	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência
Total	100,0	100,0	1 639	2 619
Agropecuária	14,4	9,4	1 057	1 504
Indústria	12,6	12,7	1 736	2 499
Construção	7,8	7,5	1 971	2 164
Comércio e reparação	17,1	18,6	1 331	2 207
Administração pública, educação, saúde e serviços sociais	13,1	17,6	2 827	4 103
Transporte, armazenagem e correio	2,8	5,2	1 652	2 702
Alojamento e alimentação	7,7	5,6	1 242	1 844
Informação, financeira e outras atividades profissionais	7,1	11,2	2 861	3 870
Serviços domésticos	13,0	7,1	821	1 003
Outros serviços	4,5	5,2	1 272	2 019

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Nota: Não são apresentados resultados para as atividades mal-definidas.

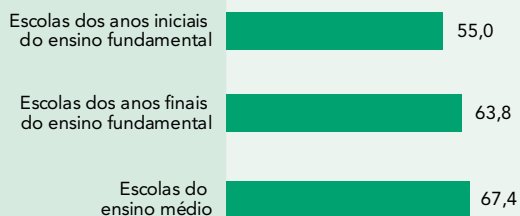
(1) Rendimentos deflacionados para julho de 2021, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE.

Educação

Barreiras à educação para as pessoas com deficiência são violações de seus direitos e representam dificuldades para o bem-estar e a vida plena, bem como para capacidades futuras, como inserção laboral, participação política, entre outras. Essa preocupação está, inclusive, presente no acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, pois muitos indicadores pactuados globalmente, relacionados à educação e a outros temas, requerem a sua desagregação por condição de deficiência.

O Censo Escolar 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, mostra que a proporção de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental com infraestrutura adaptada⁷ para alunos com deficiência atingiu 55,0%. Para as escolas dos anos finais do ensino fundamental, essa proporção foi 63,8%, e, nas escolas do ensino médio, 67,4%. Na distribuição territorial, as desigualdades regionais são relevantes: apenas 33,0% das escolas do ensino médio de São Paulo, por exemplo, eram adaptadas, contra 96,1% em Santa Catarina, no ano de 2019.

Escolas com infraestrutura adaptada para alunos com deficiência (%)



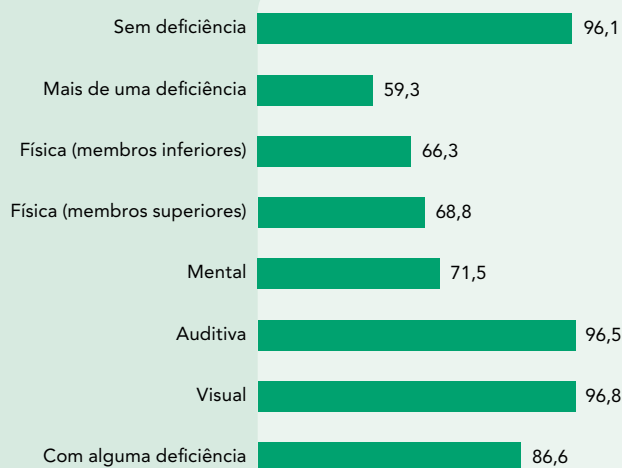
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo Escolar 2019.

Quanto às taxas de frequência escolar bruta e líquida ajustada⁸, as desigualdades também são marcadas entre as pessoas com e sem deficiência, segundo a PNS 2019. Em relação à frequência bruta, a diferença entre as pessoas com e sem deficiência mostrou-se crescente quando se comparam os grupos de idade (4 a 5 anos, 6 a 14 e 15 a 17 anos). No caso dos adolescentes de 15 a 17 anos, apenas 72,4% daqueles com deficiência estavam na escola, contra 89,3% observado entre os sem deficiência. Ao comparar a frequência lí-

quida ajustada, as desigualdades mais acentuadas também estavam entre as pessoas de 15 a 17 anos de idade no ensino médio: 37,0% para as com deficiência e 65,5% para aquelas sem essa condição.

Em relação ao grupo de 6 a 14 anos de idade, em 2019, as pessoas com mais de uma deficiência (59,3%), com deficiência física quanto ao uso de membros inferiores (66,3%), superiores (68,8%) e deficiência mental (71,5%) apresentaram os menores valores para a taxa de frequência escolar líquida ajustada.

Taxa de frequência escolar líquida ajustada das pessoas de 6 a 14 anos de idade, segundo os tipos de deficiência (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Outro indicador presente nos ODS é a taxa de conclusão do ensino médio das pessoas de 20 a 22 anos de idade⁹. Nos grupos etários estudados, foram estimadas, em 2019, para as pessoas com deficiência, taxas menores do que para as pessoas sem deficiência. Adicionando-se os recortes por sexo e cor ou raça, os piores indicadores foram encontrados para os homens com deficiência de cor ou raça preta ou parda (34,0%). Em domicílios situados abaixo da linha de pobreza de US\$ 5,5 por dia¹⁰, em 2019, apenas 20,6% dos homens e 42,4% das mulheres com deficiência de 20 a 22 anos de idade tinham concluído o ensino médio.

⁷ Houve uma mudança de metodologia na coleta das informações em 2019 que limita a comparação temporal. De 2007 a 2018, o Censo Escolar considerou infraestrutura adaptada para alunos com deficiência como sendo a escola com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Em 2019, considerou-se como tendo infraestrutura adaptada para alunos portadores de deficiência a escola que declarou possuir algum dos recursos de acessibilidade nas vias de circulação internas: corrimão, elevador, pisos táteis, vão livre, rampas, salas acessíveis, sinalização sonora, tátil ou visual. A adaptação das escolas é, por exemplo, parte do indicador 4.a.1, do ODS 4, que dispõe sobre Educação de qualidade. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador4a1>.

⁸ A taxa de frequência escolar líquida ajustada corresponde à proporção de pessoas que frequentam o nível de ensino adequado à sua faixa etária (ou já haviam concluído esse nível), de acordo com a organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

⁹ Indicador 4.1.2, do ODS 4, que dispõe sobre Educação de qualidade. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador412>.

¹⁰ Há diversas linhas de pobreza, e duas se destacam, segundo critérios globais. A linha de US\$ 1,9 por dia *per capita* é utilizada para medir a pobreza globalmente, conforme preconizado nos ODS, enquanto a linha de US\$ 5,5 por dia *per capita* é recomendada pelo Banco Mundial para medir a pobreza em países com renda média/alta, tais como a maior parte dos integrantes da América Latina, inclusive o Brasil. A linha de US\$ 1,9 representava R\$ 151 por mês *per capita*, enquanto a linha de US\$ 5,5, R\$ 437, em valores de 2021.

Taxa de conclusão do ensino médio das pessoas de 20 a 22 anos de idade, por sexo e condição de deficiência, segundo a cor ou raça e o rendimento domiciliar per capita (%)

Cor ou raça e rendimento domiciliar per capita	Pessoas de 20 a 22 anos de idade que concluíram o ensino médio (%)			
	Homens		Mulheres	
	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência
Total	39,9	66,1	57,9	76,0
Cor ou raça (1)				
Branco	53,4	76,1	61,7	83,5
Pretos ou pardos	34,0	59,3	55,0	71,1
Rendimento domiciliar per capita (2)(3)				
Menor que US\$ 5,5 PPC 2011	20,6	45,3	42,4	53,9

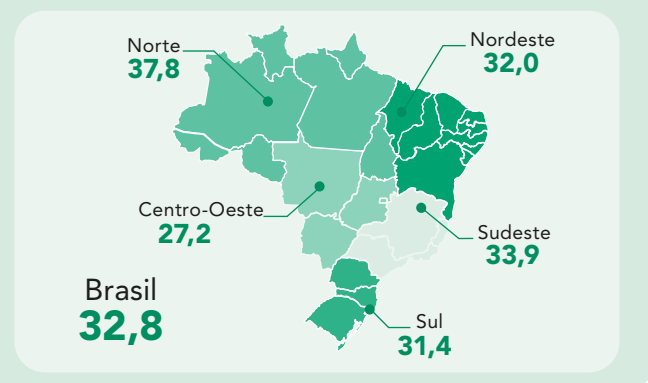
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

(1) Não são apresentados resultados para as pessoas de cor ou raça amarela, indígena e sem declaração. (2) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado definida em R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, com valores diários tornados mensais e inflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE, para anos recentes. (3) Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

As políticas educacionais são fundamentais para melhorar a condição de acesso da população em geral e das pessoas com deficiência em particular. A partir dessa concepção, efetuou-se o cruzamento dos dados entre a PNS 2019 e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2018¹¹. A análise permitiu estimar a proporção de pessoas com deficiência em idade escolar (de 3 a 17

anos) residentes em Municípios cujo órgão municipal gestor da educação declarou que a inclusão de alunos com tal condição nas escolas regulares estava entre os três temas prioritários da gestão. Em nível nacional, os resultados mostraram que apenas cerca de 1/3 (32,8%) da população estudada residia em Municípios que declararam prioridade à política de inclusão de alunos com deficiência nas escolas. Entre as Grandes Regiões, a menor proporção foi encontrada na Centro-Oeste (27,2%), enquanto a maior, na Norte (37,8%).

Pessoas com deficiência de 3 a 17 anos de idade residentes em Municípios em que o órgão municipal gestor da educação declarou que a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares estava entre os três temas prioritários da gestão (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019 e Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Nota: Para efeito do presente estudo, os dados municipais coletados em 2018 foram considerados com as mesmas características em 2019, ano de coleta da Pesquisa Nacional de Saúde

Saúde

De acordo com a PNS 2019, cerca de metade das pessoas com deficiência tinha 60 anos ou mais de idade, e, nesse sentido, a dimensão saúde se torna importante para avaliar as suas condições de vida, tanto pela observação do estado de saúde (necessidades), quanto pelo estudo das barreiras ao acesso a bens e serviços de saúde. Tudo isso compromete o bem-estar da população de maneira assimétrica.

A PNS 2019 investigou, entre as pessoas de 2 anos ou mais de idade com alguma dificuldade em pelo menos uma de suas funções, quais delas receberam algum cuidado em reabilitação, de forma regular, nos últimos 12 meses anteriores à data da pesquisa. Do total das pessoas com deficiência, 21,9% estiveram em reabilitação, das quais 58,1% tiveram o seu tratamento coberto pelo Sistema Único de Saúde - SUS, e 41,9%, por plano de saú-

de, de forma particular ou por outra modalidade. Pessoas com deficiência mental e/ou física quanto ao uso dos membros superiores utilizaram mais esses serviços, com diferença relevante em relação à cobertura pelo SUS: no caso da deficiência mental, o SUS representou 65,3% dos canais de acesso, e, tratando-se da deficiência física quanto ao uso dos membros superiores, 55,6%. A pesquisa mostrou, também, maior percentual de uso de serviços de reabilitação para pessoas com deficiência de cor ou raça branca (24,0%) em comparação com aquelas de cor ou raça preta ou parda (20,4%). Essa diferença de acesso a serviços de reabilitação se mostrou positivamente relacionada à desigualdade de acesso a tais serviços por meio de plano de saúde, particular ou outros tipos, cujos percentuais foram 54,5%, no caso do atendimento para pessoas brancas, contra 31,5%, para pessoas pretas ou pardas.

¹¹ A MUNIC é um levantamento anual pormenorizado de registros administrativos sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes aspectos das políticas públicas setoriais sob responsabilidade dessa esfera governamental. Os temas dessa pesquisa variam ano a ano, sendo que, em 2018, foi aplicado um bloco sobre o tema educação. Com vistas ao cruzamento mostrado, estimou-se, a título de exercício, que a política educacional não teria mudado entre 2018 e 2019. Para informações mais detalhadas sobre a metodologia utilizada nesse cruzamento, consultar o documento Notas Técnicas que acompanha o presente informativo, no portal do IBGE na Internet.



Cobertura por serviços de reabilitação das pessoas com deficiência de 2 anos ou mais de idade, nos últimos 12 meses anteriores à data da pesquisa, por tipo de acesso, segundo os tipos de deficiência, o sexo e a cor ou raça (%)

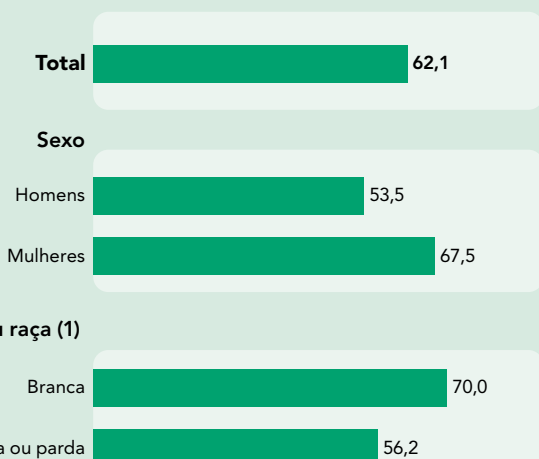
Tipos de deficiência, sexo e a cor ou raça (1)	Cobertura por serviços de reabilitação (%)			
	Pessoas com deficiência de 2 ou mais anos de idade	Tipo de acesso (2)		
		Total	Via SUS	Plano de Saúde, particular, etc.
Com alguma deficiência	21,9	100,0	58,1	41,9
Visual	13,4	100,0	59,9	40,1
Auditiva	15,8	100,0	55,9	44,1
Física (membros superiores)	29,4	100,0	57,0	43,0
Física (membros inferiores)	27,2	100,0	55,6	44,4
Mental	35,6	100,0	65,3	34,7
Mais de uma deficiência	27,2	100,0	59,4	40,6
Com alguma deficiência				
Homens	20,7	100,0	63,6	36,4
Mulheres	22,7	100,0	54,9	45,1
Branca	24,0	100,0	45,5	54,5
Preta ou parda	20,4	100,0	68,5	31,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

(1) Não são apresentados resultados para as pessoas de cor ou raça amarela, indígena e sem declaração. (2) Em caso de recebimento de mais de um cuidado, foi computada a resposta mais frequente.

Aparelhos de auxílio foram utilizados por 62,1% das pessoas com deficiência, e, nesse tipo de atendimento, desigualdades sociodemográficas também se mostraram relevantes. Mais mulheres tiveram acesso a aparelhos de auxílio do que homens (67,5% contra 53,5%), assim como mais pessoas brancas do que pessoas pretas ou pardas (70,0% contra 56,2%).

Pessoas com deficiência de 2 anos ou mais de idade que utilizam aparelhos de auxílio (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

(1) Não são apresentados resultados para as pessoas de cor ou raça amarela, indígena e sem declaração.

Ainda em relação a atendimento, 90,6% das pessoas com deficiência consultaram médico ou dentista nos últimos 12 meses anteriores à data da pesquisa, percentual esse superior ao encontrado para as pessoas sem deficiência (83,9%). Esse percentual foi maior para as pessoas com deficiência em todos os grupos de idade e nos recortes por cor ou raça e sexo. Ao mesmo tempo, as pessoas com deficiência mostraram ter menos cobertura dos serviços de saúde por algum tipo de plano de saúde, o que tende a indicar um menor acesso potencial, uma vez que a contratação de tais planos representa uma dupla cobertura, já que a pessoa tanto poderia buscar o SUS, quanto a rede conveniada do seu plano.

Nos recortes por sexo e cor ou raça, estima-se que 10,6% dos homens com deficiência pretos ou pardos tinham algum plano de saúde, contra 38,7% das mulheres com deficiência brancas. Entre as pessoas com deficiência de 60 anos ou mais de idade, 21,4% possuíam algum plano de saúde, o que representa 10,5 pontos percentuais a menos do que a proporção observada entre as pessoas sem deficiência desse mesmo recorte etário (31,9%). As necessidades de obtenção de cuidados de saúde das pessoas com deficiência tendem a ser maiores do que as verificadas, em média, no restante da população, por elas apresentarem complicações adicionais em seu estado de saúde. A PNS 2019 indicou que 72,8% das pessoas com deficiência declararam ter algum diagnóstico médico de doença crônica, física ou mental, ou doença de longa duração, contra o percentual de 28,4% observado entre as pessoas sem deficiência.

Indicadores de saúde das pessoas de 2 anos ou mais de idade, por condição de deficiência, segundo o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade

Características selecionadas	Total (1 000 pessoas)		Consultaram médico ou dentista nos últimos 12 meses (%)		Tinham algum plano de saúde (%)		Receberam diagnóstico de alguma doença crônica, física ou mental, ou doença de longa duração (%)	
	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência
Total	17 258	187 419	90,6	83,9	18,0	26,7	72,8	28,4
Sexo e cor ou raça (1)								
Homens brancos	2 667	38 880	90,3	82,8	22,2	36,0	71,2	28,2
Homens pretos ou pardos	3 954	50 961	83,7	75,6	10,6	17,8	64,5	22,3
Mulheres brancas	4 429	42 728	94,2	91,2	27,6	38,7	78,9	34,5
Mulheres pretas ou pardas	5 962	52 460	92,6	86,7	13,9	18,7	74,4	29,2
Grupos de idade								
0 a 14 anos	585	32 516	92,8	85,5	22,2	23,8	43,4	6,3
15 a 29 anos	1 178	41 503	86,6	80,6	13,9	21,1	49,2	12,2
30 a 59 anos	6 409	79 585	89,0	83,6	14,0	29,3	67,3	34,4
60 anos ou mais	8 534	25 865	92,3	88,4	21,4	31,9	82,3	65,1

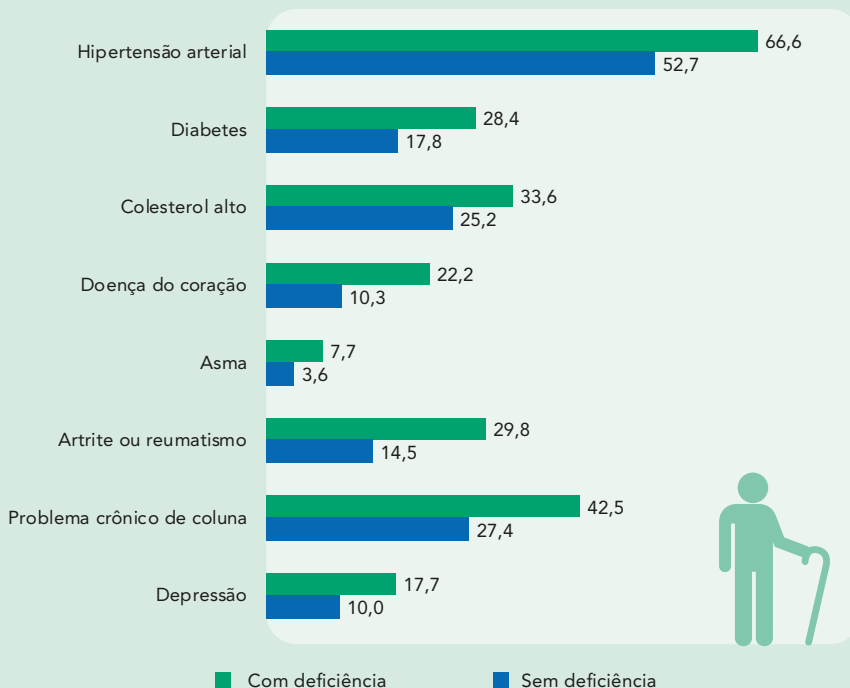
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

(1) Não são apresentados resultados para as pessoas de cor ou raça amarela, indígena e sem declaração.

Quanto às doenças crônicas mais comuns na população, as pessoas com deficiência de 60 anos ou mais de idade apresentaram proporções mais altas de diagnóstico do que as sem deficiência. A hipertensão arterial foi diagnosticada em 66,6% das pessoas com deficiência dessa faixa etária, contra uma proporção de 52,7% verificada naquelas sem deficiência. Problemas na coluna (42,5%), colesterol alto (33,6%), artrite e reumatismo (29,8%) e diabetes (28,4%) também atingiram parcelas relevantes das pessoas com deficiência de 60 anos ou mais de idade.

Além das enfermidades e do acesso a serviços de saúde, a PNS 2019 investigou, para as pessoas de 60 anos ou mais de idade, a dificuldade para realizar algumas atividades, tais como: comer, tomar banho, ir ao banheiro, vestir-se, andar em casa de um cômodo ao outro, deitar-se ou levantar-se da cama sozinha, sentar-se ou levantar-se da cadeira sozinha. Tais difi-

Pessoas de 60 anos ou mais de idade com pelo menos um diagnóstico de doenças crônicas, segundo os tipos de doenças crônicas (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.



cuidados dão destaque a questões como a adaptação do domicílio e a rede de apoio necessária para um mínimo de bem-estar, o que tende a requerer investimentos de reforma e/ou cuidados (pagos e não pagos, com recrutamento de familiares para essas funções). Pessoas com deficiência de 60 anos ou mais de idade declararam ter alguma dificuldade para realizar sozinhas

ao menos uma dessas atividades (13,3%), resultado esse superior aos das pessoas sem deficiência (8,1%).

Estimou-se, também, que as pessoas com deficiência de 60 anos ou mais de idade precisavam de mais ajuda do que as sem deficiência dessa mesma faixa etária (6,9% contra 1,3%) e que receberam ajuda para realizar alguma das ati-

vidades elencadas em maior proporção (6,6% contra 1,2%). Ainda segundo a PNS 2019, pessoas com deficiência com menor nível de instrução, abaixo da linha de pobreza de US\$ 5,5 por dia e/ou em classes de rendimento na base da pirâmide de rendimentos, mostraram-se com mais necessidade de ajuda para realizar as atividades investigadas.

Indicadores de saúde das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por condição de deficiência, segundo o nível de instrução e as classes de rendimento

Características selecionadas	Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade (%)					
	Tem alguma dificuldade para realizar sozinho ao menos uma das atividades (1)		Precisa de ajuda para realizar algumas(s) atividade(s) (1)		Recebe ajuda para realizar alguma(s) destas atividades (1)	
	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência
Total	13,3	8,1	6,9	1,3	6,6	1,2
Nível de instrução						
Sem instrução ou fundamental incompleto	16,9	8,9	8,7	1,5	8,4	1,4
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	9,5	7,8	5,1	1,2	4,9	1,1
Ensino médio completo ou superior incompleto	7,3	6,5	3,7	1,2	3,6	1,0
Ensino superior completo	4,7	6,0	2,2	0,7	2,1	0,5
Rendimento domiciliar per capita (2) (3)						
Menor que US\$ 5,5 PPC 2011	16,6	7,8	8,2	1,8	7,6	1,7
Classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (3)						
Até 20%	16,9	7,8	8,1	1,9	7,4	1,8
Mais de 20% até 40%	17,4	9,6	9,5	2,4	9,3	2,2
Mais de 40% até 60%	16,2	8,7	8,2	1,2	7,7	1,1
Mais de 60% até 80%	12,5	7,8	6,5	1,1	6,3	1,0
Mais de 80%	8,9	7,2	4,6	1,1	4,5	0,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

(1) São consideradas as seguintes atividades: comer, tomar banho, ir ao banheiro, vestir-se, andar em casa de um cômodo ao outro, deitar-se ou levantar-se da cama sozinha, sentar-se ou levantar-se da cadeira sozinha. (2) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado definida em R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, com valores diários tornados mensais e inflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE, para anos recentes. (3) Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Participação e gestão

O acesso à participação política das pessoas com deficiência pode ser medido de diferentes formas, e isso depende da disponibilidade de dados desagregados por características das pessoas. Votar e ser votado são dimensões importantes a serem levadas em conta. Ao mesmo tempo, outra questão relevante é a existência de instâncias de participação relacionadas ao tema deficiência que possam defender a pauta de políticas favoráveis às pessoas nessa condição. Com dados da MUNIC 2019 e da PNS 2019, e seguindo a mesma metodologia aplicada para os indicadores de políticas educacionais analisados, foi possível estimar quantas das pessoas com deficiência viviam em Municípios, o ente governamental mais próximo dos cidadãos, cujos órgãos gestores declararam políticas, instâncias de participação e pessoal capacitado para atendê-las.

Com dados compilados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi possível, também, explorar a característica de candidatos(as) às Câmaras de Vereadores e seu sucesso nas eleições locais de 2020. Cabe destacar, porém, que a definição de deficiência utilizada nos registros do TSE difere da utilizada na PNS, e as opções disponíveis nas estatísticas eleitorais relacionadas às eleições de 2020 contemplaram as seguintes: auditiva, autismo, física, visual, outros.

A proporção de pessoas com deficiência entre aquelas candidatas às Câmaras de Vereadores foi apenas 0,44%, sendo maior entre as pessoas eleitas (0,90%). Assim, a taxa de sucesso eleitoral para essa instância, definida pela divisão entre o número de pessoas eleitas (em determinado recorte) e o número de candidatos(as) no mesmo recorte, alcançou 0,23, sendo relativamen-

Pessoas com deficiência entre candidatos(as) e parlamentares eleitos(as) para as Câmaras de Vereadores, segundo os tipos de deficiência, o sexo e o grau de instrução - 2020

Tipos de deficiência, sexo e grau de instrução	Candidatos a vereador			Vereadores eleitos			Taxa de sucesso eleitoral (B/A)
	Total	Com deficiência (A)	Pessoas com deficiência entre candidatos(as) (%)	Total	Com deficiência (B)	Pessoas com deficiência entre eleitos(as) (%)	
Total	518 485	2 299	0,44	58 005	523	0,90	0,23
Tipos de deficiência							
Auditiva	-	144	0,03	-	24	0,04	0,17
Autismo	-	8	0,00	-	-	-	-
Física	-	1 077	0,21	-	253	0,44	0,23
Visual	-	356	0,07	-	60	0,10	0,17
Outros	-	714	0,14	-	186	0,32	0,26
Sexo							
Masculino	338 109	1 743	0,52	48 714	461	0,95	0,26
Feminino	180 218	556	0,31	9 291	62	0,67	0,11
Grau de instrução							
Analfabeto/ Lê e escreve	16 994	86	0,51	1 081	8	0,74	0,09
Ensino fundamental incompleto	68 443	296	0,43	6 628	64	0,97	0,22
Ensino fundamental completo	65 220	321	0,49	6 449	61	0,95	0,19
Ensino médio incompleto	26 542	141	0,53	2 216	31	1,40	0,22
Ensino médio completo	201 779	780	0,39	21 680	180	0,83	0,23
Ensino superior incompleto	23 020	126	0,55	2 225	21	0,94	0,17
Ensino superior completo	116 329	549	0,47	17 726	158	0,89	0,29

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Nota: Informações consolidadas a partir de tabulação especial solicitada e de repositório de dados eleitorais.



te favorável em relação ao total (0,11, correspondente a 58 mil pessoas eleitas entre 518 mil candidatas) e também favorável na comparação com outros recortes sociodemográficos explorados na literatura¹². Em contraste, a quantidade de candidatos(as) com deficiência às Câmaras de Vereadores é muito pequena. Dessa forma, entende-se que há barreiras atuando antes da inscrição, sendo, então, provável que apenas candidatos(as) com maior chance de sucesso participariam das eleições.

Há diferenças quanto aos resultados eleitorais, segundo os tipos de deficiência, havendo mais candidatos(as) e eleito(as) para as Câmaras de Vereadores entre as pessoas com deficiência física e menos para aquelas com deficiência auditiva e nenhum caso de eleitos com autismo. Nota-se, ademais, uma sobrerrepresentação de homens entre candidatos(as) e entre eleitos(as), o que também ocorre para o total de pessoas candidatas, tema esse já explorado em um estudo divulgado pelo IBGE sobre desigualdade de gênero¹³.

Os dados do TSE mostram maior sucesso eleitoral das pessoas mais instruídas: pessoas com deficiência e com ensino superior completo tiveram sucesso eleitoral de 0,29, em contraste com um sucesso eleitoral de 0,09 para aquelas cujo grau de instrução era tipificado como “analfabeto/lê e escreve”.

Foram investigadas, também, as desigualdades relacionadas ao local de moradia entre as pessoas com deficiência com vistas a identificar se eram moradoras de Municípios com existência de políticas favoráveis/desfavoráveis a tal condição. Considerando-se que algumas políticas podem abarcar tanto as pessoas com deficiência de modo geral, como as pessoas com alguns tipos de deficiência (física, visual, auditiva etc.) ou com mobilidade reduzida, observa-se, segundo os dados da MUNIC 2019, uma expressiva variabilidade entre as políticas municipais. Por exemplo, em 2019, apenas 27,5% das pessoas com deficiência de 2 anos de idade ou mais viviam em Municípios com pessoal, na sede do governo municipal, capacitado para atendê-las. Ao mesmo tempo, 58,2% residiam em Municípios com Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência que se reuniram ao menos uma vez nos últimos 12 meses anteriores à data da pesquisa. Cumpre destacar, no entanto, que, enquanto não havia nenhum Conselho desse tipo em todos os 15 Municípios de Roraima, 80,2% das pessoas com deficiência em São Paulo viviam em Municípios com essa instância de participação política, em 2019.

Nos anos recentes, houve uma tendência de aumento da atividade dos governos na Internet (e-governo), o que se tornou ainda mais relevante no contexto da pandemia de COVID-19, a partir de 2020. Entretanto, os dados coletados em 2019 mostraram que ain-

Pessoas com deficiência vivendo em Municípios com...



Instrumentos e políticas

- 14,4%** Existência de Fundo Municipal para os Direitos da Pessoa com Deficiência
- 82,7%** Gestão municipal que desenvolve política ou programa de promoção de direitos da pessoa com deficiência
- 27,5%** Existência, na sede do governo municipal, de pessoal capacitado para atender as pessoas com deficiência



Legislação municipal

- 90,1%** Legislação municipal específica para a adaptação de espaços públicos para facilitar a acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
- 41,7%** Legislação municipal específica para a garantia de passe livre municipal a pessoas com deficiência no transporte coletivo



Instrumentos de participação social

- 58,2%** Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência que se reuniu ao menos uma vez nos últimos 12 meses anteriores à data da pesquisa
- 16,0%** Comissão permanente de acessibilidade no Município
- 38,4%** Realização, nos últimos quatro anos, de Conferência Municipal sobre Direitos ou Políticas para a Pessoa com Deficiência



Internet e serviços eletrônicos

- 69,3%** Página da Internet e serviços eletrônicos disponibilizados pela prefeitura com alguma característica de acessibilidade (1)
- 59,9%** Algum modelo de acessibilidade digital utilizado pelo governo municipal

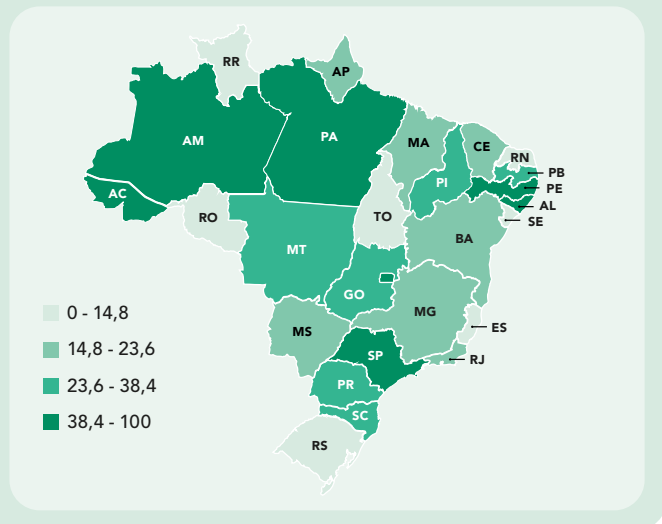
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019 e Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2019.

(1) Permite navegação por todos os itens interativos da página sem necessidade do mouse; permite ao usuário de tecnologia assistiva saltar itens repetidos na página; descrevem o conteúdo das imagens; incluem tradução de conteúdo em Libras; descrevem o conteúdo das páginas com texto que aparece na aba do navegador; não usam CAPTCHA para solicitações.

¹² Sugere-se consultar: PICCOLO, G. M.; MENDES, E. G. Pessoas com deficiência e participação eleitoral: uma relação para além do direito ao voto. In: SCIELO. *SciELO Preprints*. São Paulo: Scientific Electronic Library Online, 2021. Preprint submetido em 17 nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3169>. Acesso em: ago. 2022.

¹³ Para informações mais detalhadas sobre o estudo, consultar o endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>.

Pessoas com deficiência morando em Municípios cuja sede do governo municipal tem pessoal capacitado para atender pessoas com deficiência (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019 e Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2019.

Nota: Exclui-se as pessoas com menos de 2 anos de idade.

da havia um grande despreparo em relação a essa questão, e quase 1/3 das pessoas com deficiência (30,7%) residiam em Municípios nos quais a página da prefeitura na Internet não dispunha de nenhuma característica de acessibilidade dentre as investigadas. Em relação às pessoas com deficiência visual, estimou-se que 31,0% delas viviam em Municípios em que não havia serviços eletrônicos com característica de acessibilidade amigável.

Os dados da MUNIC e da PNS referentes a 2019 permitiram, também, explorar a existência de algumas políticas amigáveis às pessoas com deficiência auditiva, tais como: se havia, na sede do governo municipal, pessoal capacitado para atendimento em Língua Brasileira de Sinais - Libras e se a página da Internet e serviços eletrônicos disponibilizados pela prefeitura incluíam tradução de conteúdo em Libras. Em 2019, dentre as 4,6 milhões de pessoas de 5 anos ou mais de idade que sabiam usar Libras, independente da condição de deficiência, cerca de 1,5 milhão (32,0%) vivia em Municípios com pessoal capacitado, ou nos quais a página da Internet oferecia tradução de conteúdo em Libras. Uma estimativa de cobertura similar foi encontrada para as 135 mil pessoas com deficiência auditiva e que sabiam usar Libras, pois 37,0% moravam em Municípios com alguma das duas políticas mencionadas anteriormente.

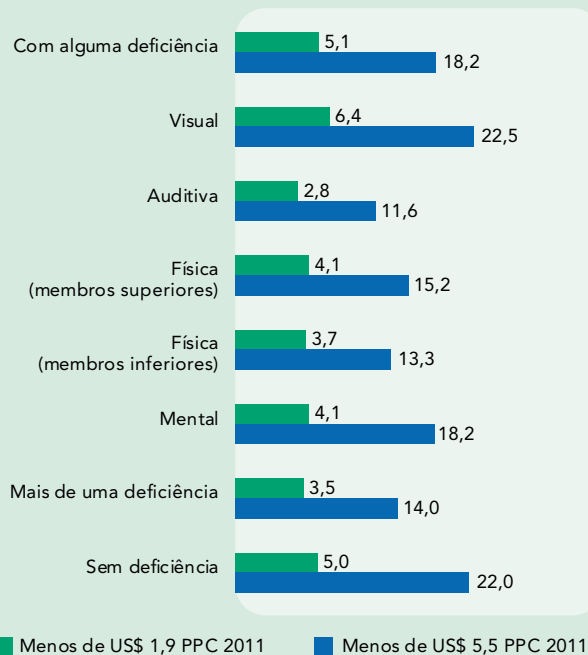
Rendimento e moradia

Quando se avalia o bem-estar de uma população, é importante incluir algumas dimensões indicativas de privações de direitos à educação, saúde, moradia, entre outros. O rendimento é uma dimensão complementar, pois permite o acesso a muitos bens e serviços, a partir da perspectiva do mercado.

Como demonstrado neste informativo, em 2019, as pessoas com deficiência tiveram menor acesso ao mercado formal de trabalho, possuíam um perfil mais idoso que o do conjunto da população e estavam menos representadas entre o quinto populacional com os maiores rendimentos. Cabe avaliar, então, como essas pessoas estavam distribuídas em relação a medidas de pobreza monetária, acesso a benefícios sociais e acesso no domicílio a bens e serviços, pontuando-se as desigualdades observadas.

Em relação à pobreza monetária, explorou-se a proporção de pessoas abaixo de duas linhas: a linha global de pobreza extrema (US\$ 1,9 por dia) e de pobreza (US\$ 5,5 por dia). Os dados da PNS 2019 revelaram que 5,1% das pessoas com deficiência estavam abaixo da linha de pobreza extrema, e 18,2%, abaixo da linha de pobreza. A quantidade de pessoas na pobreza variou, segundo os tipos de deficiência, destacando-se maior vulnerabilidade para aquelas com deficiência visual: 6,4% estavam na pobreza extrema, e 22,5%, na pobreza, valores que representaram as maiores proporções dentre os tipos investigados.

Pessoas, por classes de rendimento domiciliar per capita, segundo os tipos de deficiência (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Notas: 1. Exclui-se as pessoas com menos de 2 anos de idade.

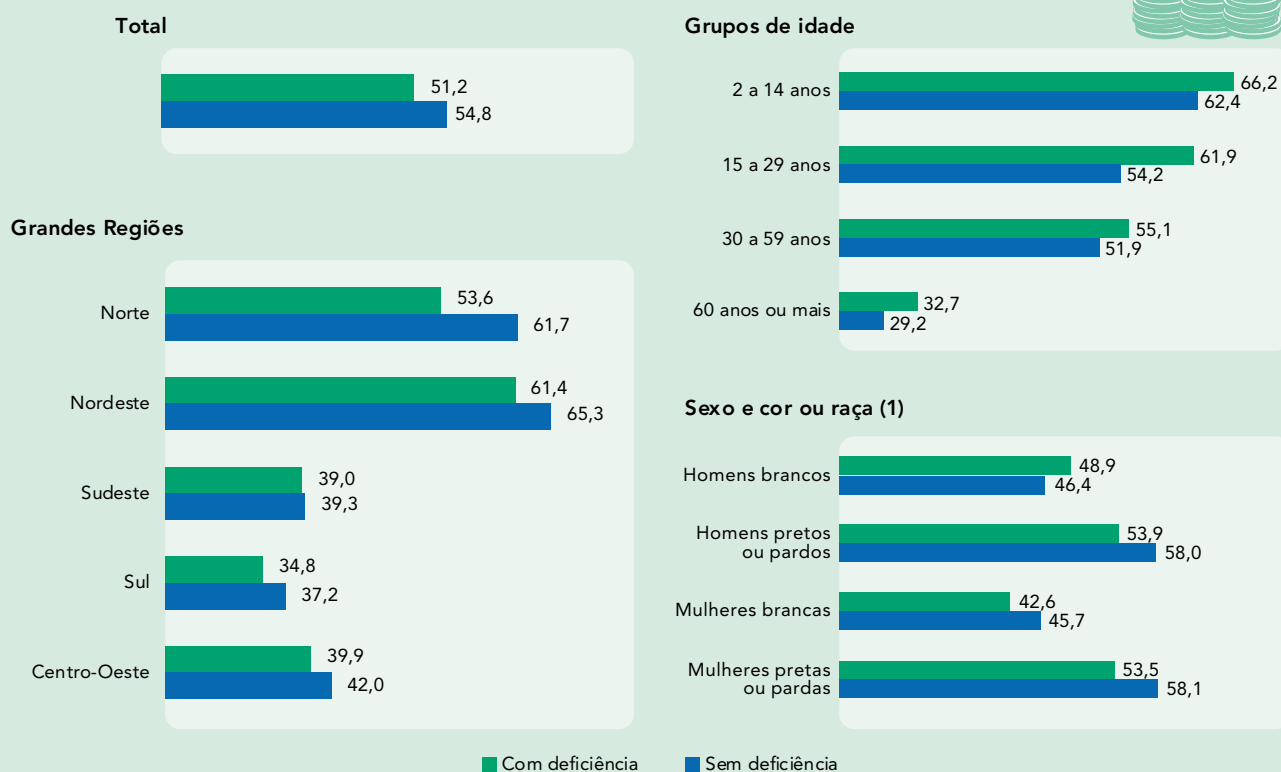
2. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado definida em R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, com valores diários tornados mensais e inflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE, para anos recentes.

Para as pessoas moradoras em domicílios com baixo rendimento, isto é, aqueles com rendimento inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* (o mesmo critério utilizado para inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais, do governo federal), em 2019, 51,2% das pessoas com deficiência receberam algum benefício social. O acesso a benefícios mostrou-se variado para as pessoas nessa condição, segundo as Grandes Regiões, sendo maior no Nordeste (61,4%) e menor no Sudeste (39,0%). Os benefícios sociais abarcaram mais os domicílios com crianças de 2 a 14 anos de idade (66,2%). Homens e mulheres de cor ou raça preta ou parda com deficiência receberam benefícios sociais em maiores proporções em 2019 (respectivamente, 53,9% e 53,5%).

As condições de moradia com acesso a bens e serviços essenciais, tais como saneamento e acesso domiciliar à Internet, entendido como parte do direito à comunicação, também são consideradas relevantes para medir o bem-estar da população. Em termos de condições de saneamento, as pessoas com deficiência se mostraram com mais carências, pois 58,2% delas tinham acesso simultâneo a serviços de esgotamento sanitário, água por rede geral e coleta de lixo (direta ou indireta) em 2019, contra 62,4% para aquelas sem deficiência. Também se destacou um menor acesso domiciliar à Internet para as pessoas com deficiência (68,8%), cuja proporção situou-se abaixo da observada para as pessoas sem deficiência (86,1%).

Dentre as pessoas com deficiência, 6,3% habitavam domicílios com ao menos uma inadequação nas condições de moradia (ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio, paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis e adensamento excessivo), sendo mais afetadas aquelas com deficiência visual (7,9%) e deficiência mental (7,3%). Pessoas com deficiência visual (46,7%) também viviam, mais comumente, em domicílios sem acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico supracitados em relação às demais pessoas com deficiência e às pessoas sem deficiência (37,6%). O acesso das pessoas com deficiência à Internet também variava fortemente no território, oscilando de 52,9%, no Maranhão, a 86,8%, no Distrito Federal, em 2019. ■

Pessoas moradoras de domicílios com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo de rendimento *per capita*, com acesso a benefícios sociais, segundo as características selecionadas (%)



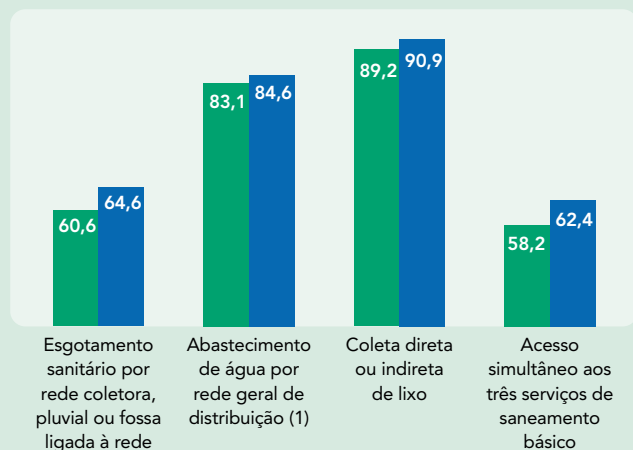
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Nota: Excluídas as pessoas com menos de 2 anos de idade.

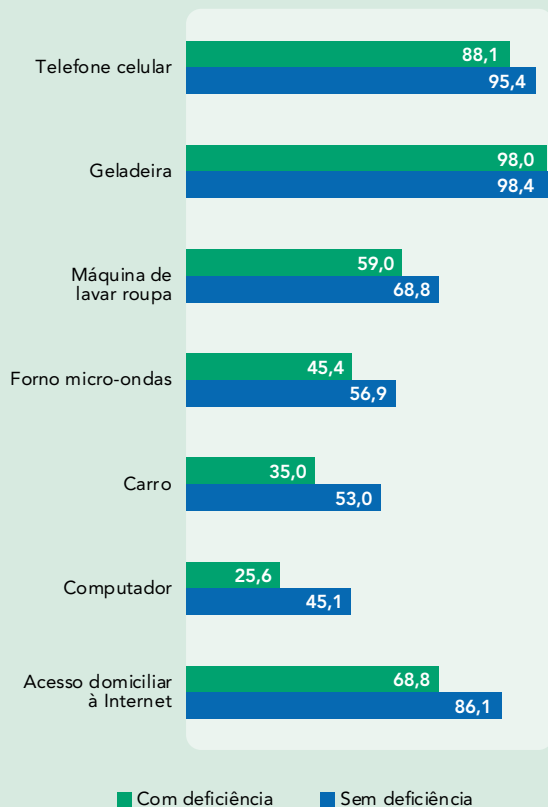
(1) Não são apresentados resultados para as pessoas de cor ou raça amarela, indígena e sem declaração.

Pessoas, por deficiência, segundo a presença de alguns bens duráveis no domicílio, saneamento e acesso à Internet no domicílio (%)

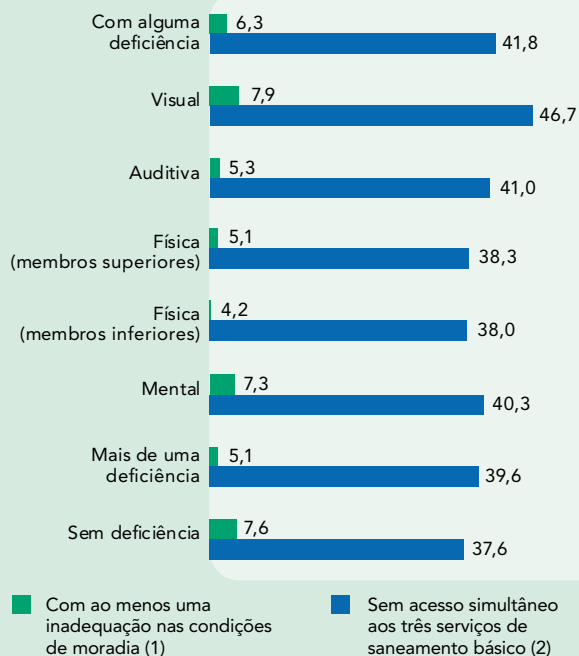
Características de saneamento do domicílio



Presença de bens duráveis no domicílio e acesso à Internet



Pessoas, por características selecionadas do domicílio, segundo os tipos de deficiência (%)

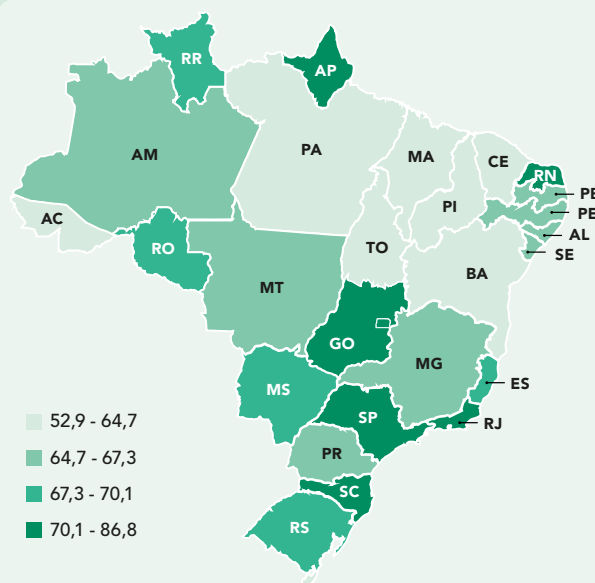


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Nota: Exclui-se as pessoas com menos de 2 anos de idade.

(1) Ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio, paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis e adensamento excessivo. (2) Esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa ligada à rede; abastecimento de água por rede geral de distribuição; e coleta direta ou indireta de lixo.

Pessoas com deficiência com acesso à Internet no domicílio (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Nota: Exclui-se as pessoas com menos de 2 anos de idade.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Nota: Exclui-se as pessoas com menos de 2 anos de idade.

(1) Exclui-se moradores de domicílios com acesso à rede geral, mas onde a principal forma de abastecimento de água não era a rede geral.



Perguntas sobre a existência de dificuldades e opções de resposta para captação dos tipos de deficiência

Existência de dificuldades e perguntas correspondentes	Opções de resposta
<p>Visual</p> <p>___tem dificuldade permanente de enxergar mesmo usando óculos, lentes de contato ou lupas?</p>	<p>1. Não, nenhuma dificuldade;</p> <p>2. Sim, alguma dificuldade;</p> <p>3. Sim, muita dificuldade;</p> <p>4. Sim, não consegue de modo algum.</p>
<p>Auditiva</p> <p>___tem dificuldade permanente de ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade)</p> <p>ou ___tem dificuldade permanente de ouvir sons como vozes ou música, mesmo usando aparelhos auditivos? (Para moradores com 2 a 4 anos ou mais de idade)</p>	
<p>Física (membros inferiores)</p> <p>___tem dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus, mesmo usando prótese, bengala ou outro aparelho de auxílio? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade)</p> <p>ou Comparado com crianças da mesma idade, ___tem dificuldade permanente para caminhar, mesmo usando prótese, bengala ou aparelho de auxílio? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade).</p>	
<p>Física (membros superiores)</p> <p>___tem dificuldade permanente para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos, mesmo usando prótese ou aparelho de auxílio? (Somente para moradores com 5 anos ou mais de idade)</p> <p>ou ___tem dificuldade permanente para pegar objetos pequenos, como botões e lápis, ou abrir e fechar recipientes ou garrafas, mesmo usando prótese ou aparelho de auxílio? (Somente para moradores com 5 anos ou mais de idade)</p> <p>ou Comparado com crianças da mesma idade, ___tem dificuldade permanente para pegar objetos pequenos, mesmo usando prótese ou aparelho de auxílio? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade)</p>	
<p>Mental</p> <p>Por causa de alguma limitação nas funções mentais ou intelectuais, ___tem dificuldade permanente para realizar atividades habituais, como se comunicar, realizar cuidados pessoais, trabalhar, ir à escola, brincar etc.? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade)</p> <p>ou Por causa de alguma limitação nas funções mentais ou intelectuais, ___tem dificuldade permanente para realizar atividades habituais, como frequentar a escola, brincar etc.? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade)</p>	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Nota: São consideradas com deficiência as pessoas que escolheram as opções 3 (Sim, muita dificuldade) ou 4 (Sim, não consegue de modo algum).

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de População
e Indicadores Sociais

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação
e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

USP Imagens
Freepik

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de resultados,
notas técnicas
e demais
informações
sobre o estudo

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html?=&t=sobre>